

Uma usina à margem da lei ambiental

Com capacidade para cobrir um quarto do déficit energético do país, usina de Lajeado entrou na mira da Justiça

CYNTHIA GARDA

BRASÍLIA – A crise de energia está provocando uma radical mudança nas relações das empresas do setor elétrico com os órgãos ambientais. A pretexto da emergência na produção de eletricidade, regras ambientais antes consideradas imutáveis passaram ao segundo plano em projetos e construção de usinas. Havia exageros - o grupo Votorantim, por exemplo, permaneceu 10 anos com um projeto paralisado no Vale do Paraíba (SP) por não conseguir a licença ambiental. Agora, em Tocantins, registra-se uma situação inversa. Uma usina com capacidade para gerar até um quarto do déficit de energia elétrica do país, a de Lajeado, entrou na mira do Ministério Público Federal por não cumprir as exigências ambientais mais elementares ao seu funcionamento.

Além de mover uma ação judicial ontra a hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado, Tocantins, a procuradoria

geral da República quer que o licenciamento do próximo empreendimento energético do Tocantins seja feito pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e não pelo órgão ambiental estadual, a Naturatins.

Inaugurada com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso em 5 de outubro último, a hidrelétrica de Lajeado sofreu um processo de embargo na época, movido por denúncias de irregularidades nos programas ambientais e atraso na indenização dos índios xerentes. Citando a crise energética, a juíza Ednamar Silva Ramos autorizou o funcionamento da primeira turbina. Mas a condicionou às indenizações e à correção do trabalho de resgate de flora e fauna. Um recente parecer do Ibama, no entanto, datado de 28 de novembro, apontou falhas na maioria dos 34 programas ambientais elementares. Etapas consideradas fundamentais não haviam sido cumpridas.

Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	JB (Economia)
Fonte	
Data	30/12/2001 Pg 16
Class.	17

Documentação

Fonte JB (Economia)

Data 30/12/2001 Pg 16

Class. 17

Licença a toque de caixa

O estudo do Ibama que apontava as irregularidades deveria servir de base para o órgão de meio ambiente do Tocantins, o Naturatins, autorizar ou não o enchimento do lago da represa Luís Eduardo Magalhães até a última cota, de 212m.

A decisão final não é do Instituto, por não se tratar de um empreendimento federal. No último dia 14, apesar das ressalvas do Ibama, a Naturatins autorizou o enchimento do lago até 206m.

"Ela não acatou nosso parecer, e deu a licença", reclama Luiz Alves Gobira, gerente-executivo substituto do Ibama no Tocantins. "O correto seria exigir que todas as pendências em relação à cota anterior fossem eliminadas."

O parecer do Ibama serviu de base para a terceira ação do procurador da República Mário Lúcio de Avelar contra a Investco, empresa responsável pela obra.

Acusação - Estaria havendo "fraude no processo de licenciamento" no Tocantins, acusa. Ele agora quer que a Investco pague multa diária por cada dia de atraso no cumprimento de etapas dos programas ambientais.

"As relações sociais e econômicas foram desrespeitadas", diz Avelar. "Milhares de famílias remanejadas foram assentadas em áreas ruins."

Alguns itens foram apontados pelo Ibama como "condição sinequanon" para a continuidade do enchimento do lago. Outros não dependem diretamente do volume de água do reservatório.

"Com a liberação da cota, fica muito mais difícil obrigar a empresa a cumprir essas pendências", avalia Gobira. "A pressão é muito grande de to-

dos os setores para liberar o empreendimento por que se precisa de energia", continua. Não aceitamos esse tipo de argumento porque, posteriormente, seremos responsáveis por isso."

Conservação - Um exemplo é o programa de preservação para as seis novas espécies de animais descobertas por biólogos contratados pela própria Investco para trabalhar na região inundada.

O relatório do Ibama recomenda que uma das reservas criadas pela empresa seja transformada em unidade de conservação de uso indireto (sujeita a maior rigor) e que se delimitem áreas de proteção permanente no entorno do lago.

De acordo com o Ibama-TO, esses processos não foram iniciados. E podem ficar mais difíceis uma vez que a usina esteja funcionando em sua plena capacidade.

Fauna - "Não há registro da existência desses animais em nenhum outro lugar do planeta", explica o biólogo Ayrton Peres, perito do Ministério Público. "E muitos deles vivem nas imediações do lago."

Alguns programas não podem ser recuperados. É o caso do estudo das orquídeas da região.

O atraso da finalização do centro de triagem de animais, por exemplo, levou o Ibama a recomendar o enchimento gradativo da represa.

Ele deveria ser, segundo o gerente-executivo do órgão em Tocantins, de 22cm a 24cm diários para facilitar o resgate de animais.

Mas vem ocorrendo em um ritmo de 45cm por dia e, de acordo com Gobira, o nível da água já atinge os 205m.

O peso de R\$ 1 bilhão

Com 900 megawatts de potência, a inauguração da usina de Lajeado em outubro passou a ganhar peso político diante da ameaça de apagão. A obra, primeira depois da nova lei de crimes ambientais, é orçada em R\$ 1,3 bilhão.

Segundo João Carlos Rela, vice-presidente da Investco, empresa que representa o consórcio responsável por sua construção, as questões ambientais, inclusive o assentamento de mais de três mil famílias, respondem por 26% do custo da obra. E já consumiram duas vezes o orçamento inicial.

Na avaliação da empresa, o projeto ambiental está sendo bem conduzido. Rela diz haver mais de 170 profissionais envolvidos diretamente nesse traba-

lho, além de convênios firmados com diversas universidades.

"A recomendação do Ibama para fazer determinada coisa não quer dizer que ela não esteja sendo feita", explica o vice-presidente. "Se estão me dando a licença, é porque as exigências estão sendo cumpridas."

A Naturatins, órgão ambiental que autoriza a operação de hidrelétricas no Tocantins, liberou na semana passada o preenchimento da represa da hidrelétrica até a cota de 206m. O limite final, de 212m, será autorizado, "tão logo eles cumpram as obrigações", diz o presidente do órgão, Isac Bras da Cunha. O limite de água foi reduzido em 6m, segundo Cunha, para "dar um prazo maior para o empreendedor cumprir essas obrigações".